

## Ata nº 112

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e dez, nas dependências do Restaurante Cavalleri no município de Medianeira, reuniram-se prefeitos e representantes financeiros das prefeituras municipais integrantes do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, para deliberarem sobre 1) questão de gastos com pessoal nas prefeituras; 2) manutenção de royalties; 3) discussão, análise e avaliação dos prefeitos sobre as alterações no Estatuto desta entidade. O presidente do Conselho dos Municípios Lindeiros, dá início aos trabalhos, recorda sobre a reunião realizada em Santa Helena. Começamos com a alteração do Estatuto e passa a palavra para o jurídico do Conselho senhor Gari Sabka, que diz que a principal alteração foi para a captação de recursos, funcionários que deveriam ser cedidos pelas prefeituras e agora será colocado funcionários próprios, e a questão de mandato a frente do Conselho para dois anos, o estatuto alterou também a representação do Conselho que não é somente prefeitos e sim associações comerciais e câmaras de vereadores de todos os municípios, deveres dos sócios, demissão de funcionários, foi criado também o Conselho Fiscal que ficará separado da diretoria. O presidente diz para que todos os prefeitos dêem uma avaliada, analisada no estatuto que foi enviado via e-mail para todos os gabinetes. Cita os representantes dos municípios presentes na reunião. Passa a palavra ao prefeito Anfitrião da reunião senhor Elias Carrer, que acolhe a todos desejando as boas vindas, que se sente contente pela realização do II Fórum de Segurança pública dos municípios Lindeiros em seu município. O presidente do Conselho dá sequência a reunião, indo para a segunda pauta: manutenção dos royalties, diz que foi feita uma minuta sobre o histórico da adequação dos royalties e pede para o senhor Gari ler a minuta realizada. A mesma diz que os municípios necessitam dos royalties, e que essa vem solicitar para a alteração do Anexo 6 do Tratado de Itaipu. O presidente diz da importância de se começar a renovação ou alteração de um novo tratado, o senhor Gari desperta o interesse de se mandar essa minuta para outros municípios que recebem royalties, mas que não fazem parte do Conselho e também para as lideranças paraguaias para pedirem auxílio, ajuda federal e ação política, e também para o senhor Jorge Miguel Samek, diretor-geral da Itaipu Binacional. O prefeito Elias dá a sugestão de ser enviada primeiramente para o senhor Samek. O próximo assunto da pauta é gastos com pessoal nas prefeituras, o presidente questiona o prefeito de Itaipulândia senhor Lotário Oto Knob, que fala das prioridades do seu município, e diz que se o Conselho não ajudar, tomará uma ação sozinha e confirma que o município está preparado para receber ações do Ministério Público. O senhor Ricardo vice-prefeito de Medianeira, diz que na sua opinião essa situação é constrangedora, que se deverá tomar uma decisão o mais rápido possível e da importância dessa parceria, pois todos os setores estão sendo prejudicados, saúde, educação, assistência social, etc. O prefeito Polita também fala da importância da parceria para tomarmos o próximo passo, para reavaliar as negociações, deveria se ter um limite com os gastos com pessoal de todos os municípios. O presidente questiona se todos realizaram a avaliação dos limites com gastos e índices, tendo em vista que os gastos com o OSCIP passam a ser contabilizados como gastos com pessoal. O senhor Silom Schmidt diz que Santa Helena sem OSCIP não anda, ainda se há muita expectativa de o Conselho ajudar o município. O secretário de administração de Santa Terezinha de Itaipu, fala que os prefeitos deveriam conversar com o Tribunal de Contas, para que os gastos com o OSCIP não sejam considerados gastos com pessoal. A prefeita

Ana Carlessi explicou que não tem problemas com o limite de gastos,mas tem problemas com a realização de concursos públicos, que são embargados pelo Ministério Público.O senhor Edimar Santin diz que se deverá sim tomar uma atitude em relação a essa questão diretamente com o Tribunal.O presidente da Amop senhor Aparecido Weiller Junior dá a sua contribuição dizendo também da importância da parceria através do Conselho.O senhor Marcos Kraft pede a palavra e diz que seria necessário contratar empresas terceirizadas para serviços onde é impossível realizar concursos de projetos, tais como, limpeza,garis ,etc.O doutor Julio pede a palavra e diz que se trabalharmos bem e saber diferenciar as prioridades de cada município,entende que será possível adequar as exigências do Ministério Público do Trabalho,mas enfatizou que as OCIPS não podem realizar todo e qualquer serviço.A recomendação seria importante suprir as necessidades de se manter os serviços.Falou também que a instrução normativa 45 do TCE é um problema para todos os 399 municípios do estado do Paraná,e que a referida instrução é inconstitucional.O presidente do Conselho dos Municípios Lindeiros pergunta se estamos realmente preparados para um encontro de trabalho com o Tribunal de Contas.O prefeito Vilson Schuwantes dá a sugestão de primeiramente se montar a pauta de trabalho com exemplos.O presidente dessa entidade falou de se montar um quadro com os exemplos e marcar uma reunião com o TCE e MPT, e apresentar o quadro explicando detalhadamente da realidade contábil e orçamentária dos municípios lindeiros.Também pediu auxílio da Amop para resolver os problemas junto ao TCE no qual houve concordância do presidente da Amop.Apos discussões foi aceito por todos os presentes a proposta do presidente.O presidente declara encerrada a reunião, e eu Deise Daiane Sobrinho,secretaria de ata encerro a presente ata.

 